

Brasília, 03 de junho de 2009

Caros presidente e relator da Comissão Especial 630/03,

Nosso país possui um enorme potencial a explorar em energias renováveis, com o qual poderá gerar energia limpa para as atuais e futuras gerações, garantir empregos e ajudar no combate às mudanças climáticas, a partir de uma matriz elétrica limpa e de baixas emissões de efeitos estufa.

Infelizmente, nos últimos anos faltou apoio a estas energias; o planejamento energético no longo prazo e os últimos leilões de energia vem sendo dominados por uma grande quantidade de usinas termelétricas a partir de combustíveis fósseis. Excluindo as grandes hidrelétricas, de grande potencial de geração - mas de proporcionais impactos ao meio ambiente e às populações que vivem em seu entorno - o que se aproveita de nosso potencial da energia proporcionada pelas demais fontes de energia renovável não passa dos sete por cento do total de energia gerada no Brasil em 2008.

As fontes renováveis têm todas as condições de abastecer a demanda por eletricidade do país nas próximas décadas, diversificando a matriz elétrica brasileira e reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, demanda cada vez mais urgente e comum a países desenvolvidos e em desenvolvimento. O que falta para viabilizar esta situação é a inclusão concreta destas fontes nas atividades de interesse da política tecnológica e industrial, que viabilizem a sua inclusão no planejamento energético e garantir a elas uma estrutura regulatória sólida, uma política consistente de incentivo que permita o seu crescimento constante nas próximas décadas.

Uma política de incentivo tecnológico e industrial a todas as fontes renováveis deve contemplar parques eólicos, energia solar - tanto por meio de painéis fotovoltaicos quanto por coletores solares, centrais termoelétricas a biomassa e gases provenientes do tratamento de esgotos e resíduos urbanos sólidos e centrais com aproveitamento de energia oceânica. Estas fontes de energia permitem uma geração mais descentralizada, diversificada e de menor impacto ambiental, que pode trazer benefícios, renda e trabalho tanto para áreas rurais como urbanas, de forma condizente com os potenciais de cada região do país.

Além das fontes consideradas, é imprescindível a inclusão dos seguintes pontos básicos no texto final:

- garantia de competitividade a esses empreendimentos
- possibilidade de ligação destas usinas à rede elétrica
- estabelecimento de contratos de longo prazo entre geradores e distribuidoras

Os senhores tem a chance de provocar o parlamento para criação de uma nova estrutura regulatória para as energias renováveis tome forma, sem repetir os erros do passado e pensando em todos os benefícios que as mesmas trarão ao país, tanto no curto quanto no longo prazo.

Assinam a carta as seguintes organizações:

FBOMS - Fórum Brasileiro de Organizações e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

WWF Brasil

Núcleo Amigos da Terra Brasil

SAPE – Sociedade Agrensense de Proteção Ecológica

ISABI - Instituto Socioambiental da Baía da Ilha Grande

APEDEMA-RJ - Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro

Sócios da Natureza

ECOSAAM/PA - Ecologia Sócio Ambiental da Amazônia

GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia

Greenpeace Brasil